

ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS

Termo de Referência 265/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
265/2025	90131-ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	CRISTINA LOPES DE SOUSA	22/09/2025 15:46 (v 0.14)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		024.001075152025-19

1. Definição do objeto

Aquisição de Insumo de material de Laboratório

1-CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de materiais de limpeza, com entrega em 15 dias após a assinatura do contrato nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no item 5.

Numero de Itens	Unidade Fornecedora	CÓDIGO BEC /SIAFÍSICO	CÓDIGO CATMAT	QUANTIDADE	Descrição
1	Pacote com 10 unidades	5603803	335478	100	Avental Descartavel; Em Nao Tecido (tnt), Laminado, Gramatura Minima de 30 Gr; Acabamento Em Perfeito Estado; Impermeavel; Respiravel; Maleavel; Livre de Furos; Atoxico; Hipoalergenico; Manga Longa, Punho Ajustavel Em Malha, Velcro Ou Similar ; Medindo 120 x 140 Cm (cxl); Decote Com Vies; Fechamento Posterior Por Tira Ou Fitolho No Pescoco e Na Cintura; Nao Esteril; Acondicionado Em Material Apropriado Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Obedecer a Legislaçao Vigente;
2	Unidade	6458203	444268/47371	04	Escova; Com Cepilho Com Cerdas de Nylon Torcidos Em Arame Galvanizado; No Formato Cilindrico Com Ponta; Haste Giratoria Tipo Manivela; para Uso Em Lavagem de Tubos e Vidrarias do Laboratorio; Medindo Diametro 80mm - Comprimento Minimo 210mm Total - Escova Com 550mm de Comprimento do cabo 300 pincel 25mm

3	Pacote com 10 unidades	4288882		4	Avental Descartavel; Em Nao Tecido, 100% Polipropileno, Gramatura 30gr/m2, comprimento Ate a Altura Dos Joelhos; Acabamento Em Overclock e Fechamento Com Botoes de Pressao, Tamanho Extra Grande 'gg'; Manga Longa Com Punho Em Malha; Decote Com Gola Padre; Embalado de Maneira Adequada Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;
4	Pacote com 10 unidades	1684221	628256	300	Compressa de Gaze Hidrofila; Em Fios de Algodao Puro e Branco; Sem Falhas Ou Fiapos Soltos 13 Fios Por Cm Quadrado; Dobras Uniformes e Perfeitas Variando de 5 Dobras,8 Camadas,sem Filamento Radiopaco; Medindo 7,5 x 7,5 Cm; Com Formato Quadrado; Esteril; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; o Produto Devera Atender Laboratorial Em Cumprimento Nbr 13843 e Atender Alegislacao Atual Vigente;
5	Unidade	2478226	623117	40	Coletor de Artigos Perfuro-cortantes"; Capacidade de 7 Litros, Confeccionado C/ Material Resistente Impermeavel Internamente; C/um Saco e Bandeja Interna Recobrimdo Em No Minimo 2/3 de Modo a Nao Permitir O; Extravazamento de Qualquer Substancia; Boca Adaptavel P/dispensa de Material de Varios Tamanhos,c/asas; Tampa de Vedacao Completa C/ Dupla Trava de Seguranca; o Produto Devera Estar Em Conformidade Com Anbr13853.;
6	Rolo tipo Queijo - 520 gramas ou 91 metros- Unidade	5781221	628268	02	Gaze Hidrofila; de De Fio de Algodao Absorvente, Tipo Queijo, Isentade Defeito, Sem Alvejante Optico; Com Com 13 Fios Por Centimetro Quadrado (cm2) Com 08 Dobras; Medindo Aproximadamente 92 m x 10 Cm; Bom Acabamento,sem Fios Soltos Devidamente Acabadas, Uniformemente Enrolada de Forma Continua; Nao Esteril; o Produto Devera Ser Entregue Com Laudo e o Produto Devera Estar Em Conformidade Com a Nbr 14108;

7	Unidade	5623081	485531/485530	1000	Mascara para Protecao Respiratoria"; Desc. Dobravel, Classe Pff2/n95 P/ Uso Hospitalar, S/ Válv. de Exalacao, C/ 2 Amarrilhos Elasticos; Confec Em Camadas Filtrantes de Fibras Sinteticastratadas Eletrostaticamente,grampo de Ajuste Nasal; Efic. Mín. Filtragem de 95%,bfe>99%, Uso Em Ambiente C/ Risco P/ H1n1, Srag/sars, Tuberculose Etc; Legislação Vigente;
8	Rolo/ unidade	4479300	481790	120	Lencol de Papel Descartavel; Em 100% Celulose Virgem, Fibras Longas, Gramatura De30 a 32g, Resistente, Uniforme; Na Cor Branco; Medindo 50cm x 50m, Com Picote a Cada 60 Cm Aproximadamente; Involucro Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; Rotulagem Respeitando a Legislacao Atual Vigente;
9	Unidade	1713507	408324	500	Papel Filtro; para Laboratorio; Qualitativo; Com Diametro 24cm, Retencao Minima de 17 Micras de Porosidade; Gramatura de Minimo de 80g/m2, Espessura Minima de 0,18mm; Acondicionado Em Embalagem Reforcada Contendo Folhas; Rotulo Com Nr. de Lote, Data de Fabricacao/validade e Procedencia;
10	Unidades	2286190	628190	1000	Ponteira; para Pipeta Automatica; Em Polipropileno; Universal; Medindo: Na Capacidade Ate 1000 Microlitros; Resistentes a Autoclavacao; Acondicionadas Em Embalagem Reforcada Que Mantenha a Sua Integridade; Rotulocom Nr de Lote, Data de Fabricacao e Procedencia;
11	Pacote com 100 unidades	3198162	428620	20	Touca Cirurgica Descartavel; Confeccionada a Base de Tecido Nao Tecido, Hipoalergico e Aerado, Com Gramatura 30g/m2; Formato Anatomico, Na Cor Branca; Com Capacidade de Ventilacao, Resistente; Com elastico Em Todo a Sua Extensao, Sanfonada; o Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente, Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto;
					Luva para Laboratorio; Luva para Procedimento Descartavel; Resistente Fabricada Com Borracha Nitrilica; Ambidestra; Tamanho P; Alta Sensibilidade. o Produto Deve Ter Certificado de Provacao (ca). Conforme Legislacao Vigente; Acondicionado Em Embalagem Reforcada e Apropriada; Que Garanta a

12	Caixa com 100 unidades	5705177	208613	10	Integridade do Produto; Rotulo Com Numero de Lote; Data de Fabricacao/validade/prazo; Procedencia;
13	Caixa com 100 unidades	5705266	208768	48	Luva para Laboratorio; Luva para Procedimento Descartavel; Resistente Fabricada Com Borracha Nitrilica; Ambidestra; Tamanho M; Alta Sensibilidade. o Produto Deve Ter Certificado de Provacao (ca). Conforme Legislacao Vigente; Acondicionado Em Embalagem Reforcada e Apropriada; Que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Com Numero de Lote; Data de Fabricacao /validade/prazo; Procedencia;
14	Caixa com 100 unidades	5705347	208740	20	Luva para Laboratorio; Luva para Procedimento Descartavel; Resistente Fabricada Com Borracha Nitrilica; Ambidestra; Tamanho G; Alta Sensibilidade. o Produto Deve Ter Certificado de Provacao (ca). Conforme Legislacao Vigente; Acondicionado Em Embalagem Reforcada e Apropriada; Que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Com Numero de Lote; Data de Fabricacao /validade/prazo; Procedencia;

15	Par	5023351	620102	2000	Luva Cirurgica; Em Latex 100% Natural; Com Textura Uniforme Na Ponta Dos Dedos; Isenta de Po e Sem Lubrificante, dupla Lavagem Na Fabricacao; Com Alta Sensibilidade Tatil e Preservada, hipoalergenica; Com Acabamento No Punho de Virola, formato Anatômico, espessura Minima de 0,15 mm e Comprimento Mínimo de 28 Cm; Numeracao 7,0; Esteril; Embalada Aos Pares Em Material Com Barreira Microbiana e Que Permita transferencia Asseptica; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca e e de Acordo Com a Legislacao Atual Vigente".;
16	Par	6462170	620103	3000	Luva Cirurgica; Em Latex Natural; Com Textura Uniforme Sem Falhas; Lubrificada; Com Alta Sensibilidade Tatil e Boa Elasticidade e Resistencia; Com Acabamento No Punho de Formato Anatômico; Perfeita Adaptacao; Numeracao 7,5; Esteril;

					Embalada Aos Pares e Envelopada; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca e de Acordo Com a Legislação Vigente;
17	Par	3805212	620104	800	Luva Cirurgica; Em Latex Natural; Com Textura Uniforme Sem Falhas; Sem Nenhum Tipo de Po; Com Alta Sensibilidade Tatil Boa Flexibilidade e Resistencia; Com Acabamento No Punho de Formato Anatômico; Numeracao 8,0; Esteril; Embalada Aos Pares Em Papel Grau Cirurgico; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca e de Cumprimento Da Nbr 13391/abnt;

1.1.1 Na hipótese de eventual divergência entre a descrição dos itens registrada no catálogo do sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Termo de Referência, deverão prevalecer, para todos os efeitos, as disposições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.2.1 Considerando a natureza das atividades desenvolvidas pelos técnicos de laboratório, que atuam diretamente em contato com agentes infecciosos como Hanseníase, HIV/AIDS e Tuberculose, os itens classificados como ****Equipamentos de Proteção Individual – EPI's**** e demais materiais de uso essencial à segurança ****serão submetidos a testes de qualidade e resistência no ato da entrega****.

1.1.2.2 Constatada qualquer não conformidade quanto à qualidade, resistência ou integridade, a empresa contratada será ****integralmente responsável pela imediata substituição dos produtos****, sem ônus adicional para a Administração, garantindo assim a preservação da saúde dos profissionais e a continuidade das atividades laboratoriais em condições seguras.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens de consumo, especificamente insumo de material de laboratório, conforme [ETP 195/2025](#), elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.4. *O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2025 contados .a partir do recebimento do Contrato, ou documento similar, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

Subcontratação

1.5 A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 *A Fundamentação da Contratação encontra-se especificada no documento 370/2025 anexa neste processo aquisição de materiais de limpeza SEI nº 024.00107515/2025-19*

2.2 A aquisição desses insumos são imprescindíveis, para o funcionamento do laboratório e a execução dos exames.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Aquisição de insumo de matérias para laboratório através de dispensa de licitação de empresas ganhadoras para entrega conforme especificado no contrato, com validade até 31.12.2025, sendo a administração responsável pela compra através de quantidades necessárias para atender às suas demandas.

3.2 Essa alternativa mostra-se a viável, tendo em vista tratar-se de materiais de consumo com grande rotatividade que necessitam de reposição frequente. Não se identificam soluções múltiplas que contemplem os requisitos para o atendimento da necessidade, tendo em vista que se trata de bens de consumo que se esgotam a partir da sua utilização, maiores detalhes encontram-se ETP 195/2025.

4. Requisitos da contratação

4.1 Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1 a contratada deve atender, quando couber, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Art. 5º. Quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: "que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs)."

4.1.2 A Contratada deve atender, quando aplicável, as disposições normativas de caráter ambiental presentes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP, como o registro no Cadastro Técnico Federal – CTF, pois os bens a serem adquiridos, estão enquadrados na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, de 23 de agosto de 2021, Anexo I, como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Obrigando pessoas jurídicas que exerçam essas atividades que possuam inscrição no CTF/APP.

4.1.3 A Contratada deve garantir, quando aplicável, que os itens consumidores de energia, estejam enquadrados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), segundo Instrução Normativa, nº 2/14, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como, possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe "A", segundo padrão INMETRO.

4.1.4 A Contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora deverá obrigatoriamente adotar a Logística Reversa, quando couber, conforme a Lei 12.305/2010, Art. 33, quando da obsolescência destes insumos. "Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; II - pilhas e baterias; III - pneus; IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes".

4.1.5 Os Critérios Ambientais não serão utilizados como mecanismo de desempate.

4.1.6 Seguir como legislação norteadora o GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS da Advocacia Geral da União - AGU/CGU, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Art. 5º), bem como as disposições normativas de caráter ambiental presentes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP, como o registro no Cadastro Técnico Federal – CTF.

4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 Os produtos ofertados deverão estar dentro do **prazo de validade mínimo de 18 (dezoito) meses**, a contar da data de entrega, salvo quando a natureza do item justificar prazo inferior, devidamente aprovado pela área técnica.

4.2.2 Os Produtos devem estar de acordo o código BEC e toda a sua descrição.

4.2.3 A empresa licitante deverá comprovar que possui condições adequadas de armazenamento, transporte e distribuição dos produtos ofertados, nos termos do Acórdão TCU nº 2000/2016, que entende ser essa uma obrigação típica de empresas atacadistas do setor.

4.3 Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3.1 É vedada a contratação de marca ou produto, entretanto os produtos fornecidos deverão atender adequadamente as finalidades a que se destinam, os que não cumprirem estes critérios deverão ser substituídos por outros mais adequados.

4.4 Da exigência de amostra

4.4.1 Para os itens **Avental Descartavel, Avental Descartavel GG, Mascara para Protecao Respiratoria, Ponteira; para Pipeta Automatica, Luvas para Procedimentos Descartaveis P M e G, Luva Cirurgica Esteril nº7, Luva Cirurgica Esteril nº7,5 Luva Cirurgica Esteril nº8, Lencol de Papel Descartavel** os pregoeiros poderão solicitar amostras dos produtos ofertados, com a finalidade de permitir a avaliação prévia pela Comissão de Análise da Licitação designada. As amostras serão submetidas à verificação de conformidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou Edital, por meio de observações, ensaios e testes, quando couber, visando assegurar que o material cotado atende plenamente aos requisitos de qualidade, funcionalidade e adequação ao uso pretendido.

4.5 Da subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Da Garantia da Contratação

4.6.1 Não haverá exigência da garantia da contratação, citada nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1 A entrega dos materiais (na quantidade determinada) deverá ser entregue em **até 15 (quinze) dias** após a assinatura do instrumento de contrato, ou da simples retirada da nota de empenho, quando for o caso. Ressalvados os casos em que a Administração Pública, previamente, e em decisão fundamentada, autorizar a dilação desse prazo de entrega, por conta e risco da empresa vencedora, no Setor Solicitante, mediante REQUISIÇÃO da Contratante, correndo por conta da licitante vencedora contratada as despesas de seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do Objeto dessa licitação.

5.2 Os bens deverão ser entregues no **Laboratório Regional de Bragança Paulista na avenida dos Imigrantes 3180, bairro do Lavapés no horário de 07:00h às 15:00h** ou em local previamente estabelecido e sinalizado no momento do envio da nota de empenho.

5.3 Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade de no mínimo de 18 (dezoito) meses.

5.3.1 O critério de validade mencionado faz-se necessário em razão do processo para a realização do pedido possuir, via de regra, previsão para 12 (doze) meses de consumo, sendo influenciado por fatores diversos, tais como fortuitos sazonais, questões técnicas relacionadas a produção dos laboratórios, logística na entrega, surtos de doenças específicas e alterações generalizadas na demanda.

5.3.2 A entrega de produtos com prazo de validade diferente do que foi previsto na cláusula 5.3 só poderá ocorrer mediante autorização **PRÉVIA** do setor de compras e licitações. A eventual presença desses elementos acidentais incluídos unilateralmente pela CONTRATADA no instrumento citado será considerada não escrita pela Administração Pública, podendo a Administração, a qualquer tempo, revogar eventual autorização de entrega com prazo de validade diverso, e deflagrar o processo punitivo contra aqueles que descumprirem as regras contratuais originárias e demais ajustes firmados supervenientemente com a Administração.

5.4 Os materiais deverão ser entregues em embalagem adequada, acompanhados das notas fiscais correspondentes, devidamente preenchidas.

5.5 Os materiais deverão ser transportados, entregues e acondicionados adequadamente, de acordo com as instruções do fabricante.

5.6 Para materiais importados, será necessária a entrega de manual de instruções em português.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para uma reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, o qual deverá conter informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);[A1]

6.9 O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, III);

6.10 O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, IV).

6.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.15 Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.16 O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, ou posteriormente quando, ao serem utilizados, os produtos se mostrarem inadequados a finalidades a que se destinam, Posto que entregues em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência na proposta ou no pedido, devendo, nesses casos serem substituídos no prazo de **05 (cinco)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 (quinze dias)**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco)** dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.10 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará suspensa até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.20 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no **Banco do Brasil S/A**.

7.22 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização na modalidade **Dispensa, sob a forma Eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será INTEGRAL.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12 Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor

do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

8.13 Produtor Rural pessoa física: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).

8.14 Os documentos apresentados deverão estar em conformidade com a legislação vigente a ser aplicado em cada caso, conforme as alterações ou consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges /ME nº 116, de 2021 [c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples;

8.24 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.25 Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.26 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.27 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.28 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.29 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.30 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.31 Caso a empresa interessada na concorrência apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 2% do valor total estimado da contratação.

8.32 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.33 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.34 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.29.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.29.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: a) Comprovação de aptidão, através de Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, que demonstrem que a sociedade empresária prestou serviços compatíveis em características, quantidades (de até 30% de cada item, no mínimo) e prazos semelhantes com o objeto desta licitação; b) Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, sendo aceito o seu somatório para que se perfaça o percentual mínimo de 30% da quantidade estipulada para cada item. c) A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.29.2 Certificado de regular inscrição da sociedade junto ao Conselho Regional de Farmácia, ou documento que o valha, com a indicação do responsável técnico;

8.29.3 Licença de Funcionamento conferida pelo Órgão Municipal ou Estadual de Vigilância Sanitária (Não serão aceitos protocolos em caso de emissão de primeira licença ou, no caso das revalidações, na forma da legislação específica, requeridos intempestivamente), como comprovação do cumprimento dos requisitos previstos na Lei 6.360/1976, no Decreto 8.077/2013 e na Resolução 16/2014/Anvisa, de modo a garantir que a empresa interessada na concorrência atenda às exigências técnicas necessárias.

8.29.4 Autorização de funcionamento (AF ou AFE), comum e/ou especial, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), como comprovação do cumprimento dos requisitos previstos na Lei 6.360/1976, no Decreto 8.077/2013 e na Resolução 16/2014/Anvisa, de modo a garantir que a empresa interessada na concorrência atenda às exigências técnicas necessárias.

8.30 Na participação de cooperativas deverá ser exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107; 8.30.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.30.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: [Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O sigilo da referida licitação se faz necessário, para que haja maior competitividade; trazendo melhor resultado para administração pública]]

10. Adequação orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 0001/090131;
- II. Fonte de Recursos: 150010002;
- III. Programa de Trabalho: 10122094262150000
- IV. Elemento de Despesa: 33903014, 33903016, 33903015

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Trata-se o presente para aquisição de insumos para o laboratório de Bragança Paulista.

CAMILO MARQUES DA SILVA

Diretor Técnico de Saúde I



Assinou eletronicamente em 22/09/2025 às 15:25:35.

Despacho: Autorizo a referida despesa, encaminha-se para o NFGC para providências

JORGE CARLOS MACHADO CURI

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 22/09/2025 às 15:46:46.